

09 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

JOAQUIM FALCÃO

Mestre em direito pela Universidade Harvard (EUA), doutor em educação pela Universidade de Genebra e professor da Escola de Direito do Rio, da Fundação Getúlio Vargas

### Em defesa do Supremo

#### Desaprovação individual não é ameaça à corte

A tática de alguns ministros, a minoria, é sempre a mesma. Quando não cumprem e politizam os prazos processuais e ferem o regimento do próprio Supremo. Quando sentem medo com o avançar das investigações por parte da mídia, das redes sociais, do Ministério Público e da Receita Federal. Quando veem vídeos e fotos que expressam ligações perigosas com réus ou interessados em seus votos.

Usam sempre da mesma tática. Tentam transformar a crítica, a desaprovação social e jurídica de seu comportamento individual em ameaça ao Supremo. Não é. Tentam confundir o joio com o trigo. O ministro com a instituição. Ministro não é Supremo. Comportamento de ministro não é comportamento do Supremo.

Essa tática é o desdobrar da patologia de que existem 11 supremos. É o avanço do Supremo monocrático. Do Supremo das liminares. Da "ministocracia". Ignora o plenário. Hoje, o perigo do ativismo judicial não é o das suas decisões. Mas o do comportamento de alguns ministros.

O CNJ, com Nelson Jobim e Ellen

Gracie, acabou com o nepotismo na magistratura. Agora cria-se outro: o nepotismo processual. O STF usa de recursos financeiros e do trabalho do ministro Alexandre de Moraes e de colegas para abrir inquéritos para apurar denúncias contra parentes dos ministros. Parente de ministro não é parente do Supremo. E se Moraes constatar que algumas denúncias procedem? Ele atuaria contra o parente? Ministro contra ministro?

Sem essa hipótese, não há a imparcialidade do devido processo legal. E se for em segredo de Justiça agrava a insegurança jurídica e a instabilidade econômica. Evitar dependerá do jovem ministro.

Aliás, qualquer ministro indicado pela Presidência da República deveria se comprometer com a permanente divulgação de seus rendimentos, bens, sociedades e atividades. E de seus parentes até o segundo grau. Isso sim defende o Supremo.

Ao se conceder este autoperder, o ministro Dias Toffoli surpreendeu o Brasil. Se tivesse comunicado antes aos colegas, dificilmente o faria. Sinalizou, com razão, o ministro Mar-

co Aurélio Mello.

Vejam o constrangimento de muitos dos ministros. Toffoli anunciou seu autoperder em sessão de julgamento. Buscava audiência da TV e das redes sociais. Deveria ter sido em sessão administrativa. Não estava na pauta. Fez logo um "carinho preventivo", dizendo que seu ato não tinha a ver com liberdade de imprensa e comunicação. Tem, sim. São incompatíveis. A democracia precisa do Supremo. Não se fecha o Supremo com um sargento. Infâmias, injúrias e difamações precisam ser apuradas e punidas, mas existe regra para tanto.

Vejam a situação do ministro Edson Fachin, relator de ação da Rede Sustentabilidade contra este autoperder. O regimento do Supremo concede ao presidente o direito de defendê-lo contra "infrações à lei penal ocorrida na sede ou dependência do tribunal". É um poder de polícia com limite físico: ocorrida na sede ou dependência.

Na resposta a Fachin, Toffoli, com certeza, equivocou-se. Interpretou sede e dependência, que é uma limitação ao autoperder absoluto, com jurisdição, que é uma ilimitação. Ou seja, a sede do Supremo seria o Brasil. O Brasil seria uma dependência do Supremo.

Defender o Supremo é defendê-lo da tática de transformar a crítica ao comportamento individual do ministro em ameaça ao Supremo. Defender o Supremo é seguir Ulysses Guimarães. Primeiro cumpre-se sua decisão. Depois discorda-se. Se for o caso.

09 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **TJ tira holding da Avianca de plano de recuperação**

**SÃO PAULO** O TJ-SP determinou nesta segunda (8) a saída da AVB, holding da Avianca Brasil, do plano de recuperação judicial da empresa.

O pedido foi feito pelas seguradoras Chubb e Fator, credoras do estaleiro Ilha, controlado pelos irmãos Gérman e José Efromovich e em recuperação judicial desde 2015. José controla a Avianca.

As seguradoras já haviam obtido o arresto de R\$ 200 milhões em ações da companhia como forma de recuperar créditos do estaleiro.

As empresas agora buscarão recursos dos leilões das unidades da aérea.

09 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Ao STF Dodge defende tabela de frete para caminhoneiros

Ministra da Agricultura diz que medida é perversa  
em uma economia aberta

William Castanho e  
Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu, em parecer encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal), a legalidade da tabela de frete mínimo dos caminhoneiros.

Nesta segunda-feira (8), a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, disse, porém, que os preços regulados é uma medida perversa.

A manifestação da PGR foi encaminhada ao Supremo na sexta-feira (5).

A CNA (Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil) e ATR (Associação de Transporte Rodoviário de Carga do Brasil) ajuizaram ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) contra a medida da gestão Michel Temer (MDB).

A tabela foi editada para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros de maio de 2018 —o movimento durou 11 dias e causou desabastecimento.

“A livre iniciativa e a livre concorrência não possuem valor absoluto na ordem jurídica e podem ser relativizadas para a salvaguarda de outros valores constitucionalmente protegidos”, escreve Dodge.

A procuradora-geral diz que a atuação estatal tem por objetivo corrigir distorções.

“É constitucional a política nacional de pisos mínimos no

transporte rodoviário de cargas instituída pela lei 13.703, uma vez que configura medida excepcional destinada a superar situação de crise no mercado concorrencial e assegurar remuneração dos serviços prestados acima do preço de custo”, afirma Dodge.

De acordo com ela, a lei questionada pelas entidades “atende ao princípio da proporcionalidade”.

A definição de preço mínimo, segundo Dodge, “contribui para a preservação do valor do frete em consonância com os custos despendidos, provendo para o respeito à dignidade humana e à valorização do trabalho, em detrimento da suposta liberdade para contratar serviços abaixo do preço de custo”.

O caso está sob relatoria do ministro Luiz Fux e não há previsão de julgamento.

A fiscalização do preço mínimo é uma das principais demandas dos caminhoneiros. Segundo eles, mesmo após a conversão da medida provisória de Temer em lei, ainda não há controle nas estradas. Eles reclamam também do preço do diesel.

Em visita à feira Tecnoshow, em Rio Verde (GO), Tereza Cristina defendeu a livre iniciativa e a livre concorrência.

“O ideal é que a tabela caísse, pois, afinal, vivemos em uma economia aberta. Precisamos sentar e conversar, para chegar a um entendimento entre as partes e não criar lei e tabelamento”, disse.

A opinião da ministra causou reações entre lideranças dos caminhoneiros.

“A declaração dada pela ministra está equivocada, uma vez que a lei trouxe transparência às negociações de contratação de frete e regulou a um mercado que estava desequilibrado”, afirmou Diumar Bueno, presidente da CNTA (confederação de caminhoneiros autônomos), em nota.

“Ela defende o setor do agro, tem uma opinião particular. A minha opinião é de que vou lutar para que a regra atual seja mantida”, diz Wallace Landim, o Chorão, um dos articuladores da paralisação de 2018.

Segundo a ministra, a USP (Universidade de São Paulo) divulgará em maio um estudo com uma proposta de tabela.

Ela disse que tem conversa sobre o tema com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, cuja pasta é a responsável pela regulamentação da lei.

09 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **BTG derruba liminar contra abordagem de agente autônomo da XP**

SÃO PAULO O BTG conseguiu derrubar em segunda instância no Tribunal de Justiça de São Paulo uma decisão liminar (provisória) que impedia o banco de abordar agentes autônomos vinculados à XP.

A decisão, que ainda não foi publicada, volta a autorizar o banco a negociar com profissionais ligados à corretora a exclusividade com o BTG, que tem uma plataforma concorrente.

Nas ofertas, o banco vinha oferecendo pagamento de luvas (adiantamentos) e pedia o compartilhamento de informações sobre a carteira administrada pelos agentes autônomos com quem negociava.

Ainda não houve julgamento do mérito da questão, ou seja, a Justiça não decidiu se as queixas feitas à Justiça pela XP são válidas ou não.

O caso remonta uma disputa entre as duas instituições financeiras travada desde dezembro do ano passado.

A XP acusa o BTG de concorrência desleal. Segundo a corretora, o banco teria acessado dados sigilosos dela, obtidos quando o banco foi contratado para conduzir o IPO (oferta pública inicial de ações), para tentar atrair profissionais vinculados.

Haveria ainda quebra de sigilo bancário com o acesso de dados de clientes que formam as carteiras administradas pelos agentes autônomos.

Existem cerca de 7.000 agentes autônomos de investimento registrados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), cujo trabalho é intermediar corretoras e investidores.

Quase 4.000 deles estariam vinculados exclusivamente à XP.

Procurados, BTG e XP não quiseram comentar o caso.

### **No Rio, dez são resgatados em condição análoga à escravidão**

RIO DE JANEIRO Dez trabalhadores foram resgatados vivendo em condições análogas à escravidão em um restaurante na rua Frei Caneca, no centro do Rio de Janeiro.

A operação do MPT (Ministério Público do Trabalho) e da Superintendência Regional do Trabalho foi realizada na segunda-feira (1º).

Segundo a procuradora Viann Brito Mattos, os trabalhadores eram do Ceará e viviam em um alojamento improvisado na sobrelo-

ja. O local era infestado por ratos e baratas.

O restaurante pertence aos irmãos Antônio Pereira de Moura, José Pereira de Moura e Vicente Pereira de Moura. Os empregadores terão de pagar R\$ 100 mil em multa, além de rescisão trabalhista.

A reportagem tentou ouvir representantes do restaurante. Um funcionário disse que os responsáveis não se encontravam e que não sabia dizer um telefone de contato. Luisa Leite

09 ABR 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Raquel Dodge

### assina acordo para fortalecer cooperação com Suíça no combate à corrupção

Amanda Pupo

Agência Estado

Brasília – A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e o procurador-geral da Suíça, Michael Lauber, assinaram nessa segunda-feira (8), em Brasília, compromisso para fortalecer o intercâmbio de informações e a cooperação entre os dois países em matéria criminal, principalmente para auxiliar em investigações relacionadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro, como é o caso da Lava Jato. Os países já são parceiros, tendo a Suíça colaborado nas apurações da Lava Jato desde 2014. Segundo Raquel, o acordo assinado nessa segunda reafirma as bases de cooperação e é importante para a manutenção da transferência de informações entre os dois países.

“O crime de lavagem e corrupção é transnacional. Não podemos ficar confinados dentro do País”, apontou Raquel, que destacou que a cooperação jurídica com a Suíça é a mais importante entre as parcerias internacionais, uma vez que o país foi o destino de significativos montantes desviados e apurados na Lava Jato. Lauber, da Suíça, afirmou que o acordo é uma forma de enfatizar a importância da cooperação entre os dois países.

09 ABR 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Acordos de leniência**

O deputado estadual Requião Filho (MDB) protocolou nessa segunda-feira (8) pedido de informações ao chefe da Casa Civil, Guto Silva, questionando se houve participação do governo do Paraná no recente acordo de leniência firmado entre a CCR Rodonorte e a Operação Lava Jato, uma vez que o Estado também é parte diretamente interessada no assunto. Segundo o parlamentar, é preciso que a população paranaense seja informada dos benefícios que obterá com a eventual homologação do acordo. "Cabe à Assembleia Legislativa a fiscalização dos atos do Executivo, mas é necessário que informações precisas sejam disponibilizadas aos deputados. Será que nossos representantes participaram da discussão dos termos do contrato de leniência firmado entre a CCR e o MPF?", questionou. O prazo para a Casa Civil responder ao requerimento é de até 30 dias.

### **Redução dos honorários de procuradores**

O líder do PSB na Assembleia Legislativa, deputado Tiago Amaral, em decisão da bancada, afirmou que é contrário ao projeto que tramita em regime de urgência que trata dos honorários dos procuradores do Estado. Ao contrário dos refs anteriores – com 1% de honorários - o projeto de lei 190/2019 prevê 5% para os honorários para os procuradores. Amaral vai apresentar emenda ao projeto para que o programa de parcelamento de débitos tributários lançado pelo Estado siga o modelo federal, em que não há cobrança de honorários para as empresas.

09 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Um país cínico

Curitiba e Londrina, como todas as grandes cidades do país, assistiram domingo ao divisor ideológico que tem nas duas facções - a que defende a inocência e a liberdade de Lula e a que cerra fileiras em torno da Lava Jato uma forte identificação: o ceticismo em relação ao Poder Judiciário. É que enquanto o ex-presidente se declara injustiçado, alvo de perseguição, o outro lado fulmina decisões do Judiciário e alguns dos seus integrantes. Assim os dois lados que saíram em passeatas tiveram esse ponto em comum: restrição ao poder que garante e assegura o equilíbrio numa democracia.

A vacina aplicada pela OAB, organizações comunitárias e centrais sindicais, pondo-se em defesa do Judiciário, foi válida, mas não suficiente e em meio às pregações houve estímulo para que se retorne, o quanto antes, no Senado, a CPI da "Lava Toga", iniciativa irracional. O clima passional, radicalizado, não oferece matizes no rígido espectro ideológico, pois afinal não há injustiça alguma no caso de Lula, e decisões como a que determinou a ida à Justiça Federal dos crimes do Caixa 2, por um voto, expressam cuidados da parte dos julgadores e respeito ao livre convencimento. Para a plateia, contudo, o viés subjetivo denota envolvimento.

Decisões judiciais em ordem civilizada podem e devem ser amplamente discutidas, porém rigorosamente cumpridas e magistrados devem entender que numa conjuntura excitada como a nossa passam nem sempre por julgamentos agradáveis, aqui e na Suíça. Só que aqui estamos num nível mais selvagem.

### Militão

#### Campo Largo e Bandeirantes

A Rede Record mostrou em seu Domingo Espetacular reportagem até extensa sobre deputado estadual, e funcionários envolvidos em facilitar consultas e operações via SUS, passando pessoas na frente de outras, mediante pagamentos em dinheiro. A matéria teve a participação de equipe da RIC TV. Será que teremos agora um "Lava SUS"? O Ministério Público recebeu denúncias e está levantando as denúncias sobre todos os implicados.

# O ESTADO DE S. PAULO

## No Rio, Justiça torna sem efeito posse de deputados presos

Parlamentares foram eleitos em outubro e detidos no mês seguinte; Assembleia afirma que vai recorrer da decisão

**Fábio Grellet** / RIO

A juíza Luciana Losada, da 13.<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, tornou sem efeito a posse dos cinco deputados estaduais que foram eleitos em outubro passado mas, por estarem presos, não puderam ir à Assembleia Legislativa do Estado para assumir o cargo. Eles haviam tomado posse em 21 de março, quando, por ordem da Mesa Diretora, pela primeira vez na história, o livro de posse foi retirado da Casa e levado ao complexo penitenciário de Bangu e à casa de um deputado que cumpre prisão domiciliar. Em nota, a Assembleia afirmou que vai recorrer da decisão.

Os deputados André Corrêa (DEM), Luiz Martins (PDT), Marcos Abrahão (Avante), Marcus Vinicius Neskau (PTB) e Chiquinho da Mangueira (PSC) foram presos pela Polícia Federal em novembro de 2018, durante a Operação Furna da Onça, sob suspeita de participação em um esquema de corrupção na Casa.

Em janeiro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou Chiquinho a deixar a prisão e aguardar o trâmite do processo em prisão domiciliar.

O regimento interno da Assembleia determina que os deputados eleitos têm o prazo de 30 dias para tomar posse, a partir da data de início da legislatura, que ocorreu em 1.<sup>o</sup> de fevereiro. O prazo poderia ser dobrado, ou seja, 60 dias, e, se a posse não ocorresse neste período, os eleitos perderiam o mandato.

Em 21 de março, a Mesa Diretora anunciou a decisão de dar posse aos deputados presos, para que eles não perdessem os mandatos. Uma comissão foi ao presídio onde estão Corrêa, Martins, Abrahão e Neskau, para que eles tomassem posse. Em seguida foram à casa de Chiquinho da Mangueira. No dia seguinte foram convocados os suplentes, que começaram a tomar posse. Os titulares não teriam direito a salário nem a compor seus gabinetes, mas manteriam o direito ao mandato caso conseguissem sair da cadeia, de forma definitiva ou provisória.

**'Autorização'**. Para justificar a posse na prisão, a Assembleia alegou em nota que "a decisão foi tomada para atender o Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região (TRF-2), que determinou à Alerj a responsabilidade de empossar os eleitos". Horas depois, o TRF-2 emitiu nota negando que tenha determinado à Casa que empossasse os eleitos. "O TRF-2 informa que, em momento algum, autorizou ou determinou que a Alerj desse posse aos deputados presos. (...) Sendo assim, cumpre esclarecer que a nota veiculada pela Alerj não corresponde aos fatos." O Ministério Público do Rio, então, ajuizou ação civil pública contra a decisão da Assembleia Legislativa.

Em nota emitida ontem à noite, a Alerj informou que "respeita a decisão, mas irá recorrer". Disse ainda que "agiu dentro de suas competências, buscando resguardar o resultado das urnas", e que "a posse dos deputados afastados não implicou pagamento de salários ou manutenção de gabinetes".



09 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

## Tropa de elite

**Gilmar Mendes** e seu ID levam trupe de caciques para o Fórum Jurídico de Lisboa. O “pacote” inclui – para citar só os brasileiros – **Rodrigo Maia** e **Davi Alcolumbre**, mais **Dias Toffoli** (pelo STF) e **João Otávio de Noronha** (pelo STJ).

Palestrante inicial, no dia 22?  
**Sergio Moro**.

## Elite 2

**Alexandre de Moraes** e **Gebran Neto**, do TFR-4, estão no painel seguinte. E ao longo do dia também falam, ao lado de magistrados portugueses, **Raul Jungmann**, **Leandro Daiello** (ex-PF), **Fábio Medina Osório** (ex-AGU) e **Luis Felipe Salomão**.

## Na bica

Depois da comemoração do Dia do Jornalista, no domingo, o STF júlga recurso extraordinário que discute o enquadramento dos profissionais de redes sociais.

Segundo se apurou, a discussão de fundo não diz respeito a direitos trabalhistas e sim ao fato de se confundir a profissão com outras em tempos de fake news, incluindo aí a chamada pós-verdade.

09 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Força-tarefa da Lava Jato desliga procurador Diogo Castor de Mattos

**E**nvolvido em recente polêmica com o Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador da República Diogo Castor de Mattos solicitou seu desligamento dos trabalhos da força-tarefa Lava Jato em Curitiba, anunciou o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná. Em nota, o órgão agradeceu ao procurador “pelos cinco anos em que se dedicou, com excepcional esforço, às investigações da Lava Jato”. O comunicado da força-tarefa não informa os motivos da saída.

Em março, durante julgamento em que o STF decidiu que cabe à Justiça Eleitoral processar crimes como corrupção quando há ligação com delito eleitoral, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, anunciou que faria uma representação contra Castor por suposto “ataque à justiça eleitoral”. Toffoli se posicionou após o advogado Ricardo Pieri Nunes fazer uma leitura de um artigo de Diogo Castor publicado em um site há alguns dias antes do julgamento. O artigo falava que a Segunda Turma do STF vem ensaiando “novo golpe à Lava Jato”.

“Se os ataques que foram colocados na tribuna (procedem), vou checar, farei e anuncio uma representação ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e à corregedoria do Ministério Público Federal em razão

desses ataques do procurador à justiça eleitoral. Não é admissível este tipo de ilação”, disse Toffoli à época.

Um dia depois, na mesma data em que a Corte concluiu o julgamento sobre a competência da Justiça Eleitoral, Toffoli anunciou a abertura de um inquérito criminal para apurar ameaças, ataques e notícias falsas contra ministros do STF. Com relatoria do ministro Alexandre de Moraes, a apuração já teve uma operação de busca e apreensão em endereços de São Paulo e Alagoas.

Na nota em que o MPF anuncia o desligamento de Castor, a força-tarefa Lava Jato em Curitiba informa que já recebeu os reforços da procuradora da República Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, titular de ofício especializado no Combate à Corrupção na Procuradoria da República no Município em Volta Redonda (RJ), e do procurador da República Alexandre Jabur, integrante do Núcleo de Combate à Corrupção na Procuradoria da República no Amazonas (AM).

## **PGR pede que Supremo suspenda reintegração em terra indígena no Paraná**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que interrompa uma reintegração de posse determinada pela Justiça Federal nas terras dos índios da etnia Kaingang, da Terra Indígena Apucarana, no Paraná.

A reintegração foi determinada pela 3ª Vara Federal de Londrina (PR) e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em 26 de março. Desde, então corre um prazo de 15 dias determinado para a efetivação da medida, motivo pelo qual a procuradora pede intervenção urgente do STF.

No pedido, Raquel Dodge descreve um conflito que se estende por décadas entre os indígenas e o proprietário da fazenda Tamarana, Eucler de Alcântara Ferreira. Apesar de Ferreira alegar ser o proprietário da área, estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) "atestam que o local, na verdade, faz parte da terra indígena, que foi indevidamente suprimido dos seus limites territoriais durante o procedimento de demarcação, entre 1959 e 1961", diz a PGR em nota.

Diante do impasse, os índios invadiram a área há dois anos e encontram-se lá desde então. Para a procuradoria, é mais prudente "manter inalterado o estado atual dos fatos, garantindo, ao menos por ora, a permanência das famílias indígenas no local em que se encontram desde setembro de 2017".

09 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### No Rio, faltam mais de mil vagas para adolescentes apreendidos

Pesquisa desenvolvida na Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro identificou que há carência de 1.086 vagas para adolescentes apreendidos no sistema socioeducativo.

Os dados foram apresentados ontem em seminário na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) pela juíza titular da vara, Vanessa Cavallieri, que alertou que o problema é ainda mais grave na capital.

“Hoje temos um sistema socioeducativo à beira de colapso pela absoluta falta de vagas. Isso faz com que a gente não consiga ter um atendimento socioeducativo eficiente, de forma a realmente ressocializar esse adolescente e impedir que ele continue na escalada do crime.”

A pesquisa compara o número de vagas disponíveis para a capital fluminense com outras capitais brasileiras. Segundo os dados, o Rio tem apenas cinco vagas no sistema socioeducativo para cada 100 mil habitantes, enquanto Belo Horizonte tem 17, Porto Alegre tem 25 e São Paulo tem 32.

09 ABR 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### STJ aguarda parecer para julgar recurso de Lula



A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aguarda um parecer do Ministério Público Federal para julgar recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tenta reverter a condenação no caso do triplex do Guarujá (SP). O MPF precisa se manifestar sobre pedido da defesa para anular a condenação e enviar o processo para Justiça Eleitoral.

O pedido dos advogados do ex-presidente foi apresentado depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que crimes comuns, como corrupção, que tenham conexão com crimes eleitorais, como caixa dois, devem ser julgados pela justiça eleitoral. O argumento da defesa de Lula é que um delator citou caixa dois ao PT e, portanto, os crimes seriam conexos à suspeita eleitoral.

A expectativa no STJ é que, caso o parecer chegue até o início da tarde da próxima quarta-feira (10), o recurso seja julgado na quinta (11). Se não vier, só poderá ser analisado na sessão de 23 de abril – não haverá sessões de julgamentos na semana que vem, antes da Páscoa. ■

## Detentos. Decreto regulamenta pagamento por uso de tornozeleiras

O governador Carlos Massa Ratinho Júnior assinou um decreto que regulamenta o pagamento pelo uso de tornozeleiras eletrônicas no Paraná. Segundo o governo do estado, cerca de 7 mil apenados que cometeram crimes de menor potencial ofensivo usam o equipamento, com um curso de R\$ 1,7 milhão por mês. O custo mensal é de R\$ 241 por tornozeleira.

O pagamento começará no dia em que o aparelho for entregue ao detento. Presos que não têm condições de pagar ficarão isen-

tos. Cada caso será analisado pelo poder judiciário.

“Se o detento com condições financeiras não pagar pela tornozeleira, ele será cobrado pela Procuradoria-Geral do Estado, como qualquer devedor fiscal”, disse o diretor do Depen-PR (Departamento Penitenciário do Paraná), Francisco Caricati. Os valores recolhidos serão destinados ao Fundo Penitenciário e investidos nos estabelecimentos penais. O Paraná tem 33 presídios e 13 unidades em construção. **METRO**

## MP. Suspeito de agredir grávida é denunciado

O MP (Ministério Público) do Paraná ofereceu ontem denúncia contra um homem que teria tentado provocar o aborto na mulher com quem convivia e que estava no sétimo mês de gravidez, em Paranaguá, no litoral do estado. O crime foi no dia 24 de março deste ano, quando o denunciado agrediu a mulher com socos e chutes, inclusive na barriga, segundo apurou o inquérito policial.

Após ser socorrida por terceiros, a vítima foi encaminhada pelo Samu ao Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá, onde recebeu pronto atendimento e foi submetida a uma cirurgia cesariana de emergência. De acordo com a denúncia, as lesões corporais causadas pelas agressões provocaram a aceleração do parto. A criança sobreviveu.

O suspeito está preso no Setor de Carceragem Temporária da 1ª Subdivisão de Polícia de Paranaguá e deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri. **METRO CURITIBA**

## Bola. Condenado no caso Eliza Samúdio tem novo júri

O ex-policial Marcos Aparecido dos Santos, mais conhecido como Bola, condenado pelo assassinato de Eliza Samúdio, ex-namorada do goleiro Bruno, será julgado novamente nesta quarta-feira em Belo Horizonte.

Segundo o TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), Bola é acusado do homicídio de um motorista em 2009, no bairro Juliana, região Norte da capital. Outro suspeito de envolvimento no crime é o comerciante Antônio Osvaldo Bicalho, que teria, segundo a denúncia do Ministério Público, contratado o ex-policial para matar o motorista após descobrir que ele tinha um caso amoroso com sua esposa.

Os dois foram indiciados por homicídio duplamente qualificado, mediante promessa de recompensa, e dificuldade de defesa para a vítima. Bola foi condenado em 2013. Ele está preso na Casa de Custódia da Polícia Civil em Belo Horizonte.

**METRO BH**

09 ABR 2019

# BEMPARANÁ

## Governo admite discussão sobre fim da licença-prêmio

Líder governista alega que Estado acumula dívida de mais de R\$ 1 bi com benefício

Ivan Santos

O líder da bancada do governo Ratinho Júnior na Assembleia Legislativa, deputado Hussein Bakri (PSD), admitiu ontem que a atual gestão está discutindo a possibilidade de extinção da chamada "licença-prêmio" dos servidores públicos estaduais. Ele reafirmou, porém, que, por enquanto, não há nenhuma decisão sobre o assunto. Bakri alegou que o governo acumula uma dívida de mais de R\$ 1 bilhão com o pagamento de licenças-prêmios não gozadas pelos servidores.

Atualmente, por lei, os funcionários públicos estaduais têm direito a três meses de licença remunerada a cada cinco anos trabalhados. Quando não tiram essa licença, eles podem receber o equivalente em dinheiro.

Na semana passada, surgiu a informação de que o governo pretendia propor o fim do benefício, em troca do reajuste salarial do funcionalismo, que está com os vencimentos congelados há três anos, e acumula perdas de cerca de 16% em relação à inflação do período. A da-



Bakri (PSD): "Governo vai ter uma proposta"

ta-base para a reposição salarial anual dos servidores públicos estaduais vence em 1º de maio. Segundo a APP-Sindicato, o governo também estaria cogitando acabar com o chamado "quinquênio", pelo qual os servidores têm direito a uma gratificação por tempo de serviço de 5% nos salários a cada cinco anos de exercício, até completar 25%.

"A questão da licença prêmio está sendo objeto de discussão sim, porque existe um passivo de mais de R\$ 1 bilhão para colocar em ordem", confirmou o líder governista. Bakri também garantiu que o governo vai apresentar uma proposta de reposição salarial ao funcionalismo, mas rea-

firmou que os gastos com a folha de pagamento já estão no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "O governo vai ter sim uma proposta e vai ser muito claro na posição", assegurou. "Mas milagre ninguém faz. Nós temos que saber que estamos saindo de uma crise por causa da corrupção que quebrou o País", argumentou.

Poderes - O líder do governo voltou a defender ainda a discussão sobre os repasses para os demais poderes: Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público. "Vai chegar o tempo de nós discutirmos a relação com os demais poderes. Vamos ter que ter a coragem de deba-

ter com os demais poderes. Se não não têm condições de governar. O dinheiro é um só", lembrou.

No Paraná, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas e 3,1% à Assembleia.

No final do ano passado, já eleito governador, Ratinho Jr chegou a encampar uma proposta do deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), que previa diminuir de 3,1% para 2,5% o percentual da receita a que o Legislativo tem direito anualmente, o que garantiria um reforço de caixa de R\$ 135 milhões ao ano para o Executivo. Apesar de ter concordado inicialmente com a ideia, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), se recusou depois a colocá-la em votação, alegando que a medida seria inconstitucional.